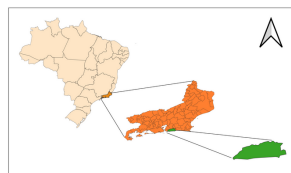


SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIALIZADOS E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: O PAPEL DAS INICIATIVAS MUNICIPAIS

Localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Maricá é um município cuja economia atual é altamente dependente dos royalties do petróleo. Com cerca de 170 mil habitantes, o município enfrenta uma problemática em relação ao seu sistema alimentar. A alta dependência de importação de alimentos aliada à baixa produção agrícola é um dos desafios enfrentados pela população. Esta situação dificulta a oferta de alimentos frescos, fator este intrinsecamente relacionado à presença de desertos alimentares em parcelas do território municipal (mapa 3). Esses locais são caracterizados pela falta de opções de alimentos saudáveis, o que torna ainda mais difícil a adoção de hábitos alimentares equilibrados. Maricá compõe, ainda, um mercado regional desorganizado que pouco incentiva a produção local, deixando de aproveitar a oportunidade existente com os recursos ociosos para criar um ciclo virtuoso.

Diante de tais obstáculos, o município tem apostado na expansão de práticas de agricultura urbana e periurbana em direção a um sistema alimentar local mais saudável e sustentável. Nesse sentido, este policy brief visa contribuir com os esforços já em curso do município na temática e reforçar a necessidade de construção e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para a dinamização da economia agroalimentar e a melhoria do acesso e da qualidade da alimentação local em todas as regiões do município.



Mapa 1. Localização do Município de Maricá (Elaboração própria).

PolicyBrief – Planejamento Territorial é uma publicação produzida no âmbito do Bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC.

A publicação resulta de trabalhos aplicados, realizados pelos estudantes em fase final de graduação, sob coordenação e supervisão de professores especialistas no tema de cada número.

Seu objetivo é disponibilizar à comunidade de pesquisadores, lideranças da sociedade civil e aos gestores de políticas públicas, um repertório de soluções para temas comuns vividos em diferentes escalas do planejamento e da gestão dos territórios.

As ideias e propostas veiculadas não representam, necessariamente, a opinião da instituição sobre os temas e problemas tratados.

O Bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC é o único curso de graduação existente no Brasil que forma profissionais aptos para atuar em diferentes escalas e dimensões espaciais como o rural e interiorano, o urbano e metropolitano, o regional, o ambiental.

Com forte caráter interdisciplinar e mesclando sólida formação teórica com habilidades práticas, o curso integra profissionais de diversas áreas, tanto das ciências humanas e sociais (economia, sociologia, geografia, política, antropologia, teoria do planejamento) como das ciências exatas (geoprocessamento, estatística) e da natureza (geologia, ecologia).

O principal foco é a busca por soluções viáveis, mas ao mesmo tempo inovadoras e transformadoras e que possam favorecer a coesão territorial.

AUTORES

Caroline Martins, João Ferreira, Lucas Rocha e Roberta de Magalhães.

SUPERVISÃO

Arilson Favareto e Vanessa Empinotti



Mapa 2: Cobertura do Solo e Propriedades Agrícolas em Maricá (Elaboração própria).

MENSAGENS PRINCIPAIS

Um planejamento para o sistema alimentar maricaense deve promover a segurança alimentar e nutricional dos munícipes através do aumento da oferta de alimentos saudáveis no território. Ademais, o sistema alimentar deve contribuir com a economia do município, ao engendrar encadeamentos com outras atividades econômicas "para trás" ou "para frente", dinamizando a economia e contribuindo com o aumento de empregos e renda. O diagnóstico atual é caracterizado pela baixa produção agrícola, presença de desertos alimentares e políticas públicas de segurança alimentar financiadas pelos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De modo a criar um sistema alimentar sustentável, justo, saudável e menos dependente da economia petrolífera, será proposto as seguintes diretrizes:

- Melhorar o consumo saudável e equilibrado de alimentos;
- Garantir a distribuição equitativa de alimentos para a população local;
- Estimular a produção de alimentos na região de Maricá;
- Empreender iniciativas de processamento de alimentos na cidade;
- Produzir alimentos de alto valor agregado e qualidade elevada.

ANÁLISE SITUACIONAL

INFORMAÇÕES GERAIS

Com população estimada em 167.668 pessoas (IBGE, 2021), a densidade demográfica de Maricá corresponde a 351 pessoas por km². A maior parte da sua população vive em áreas urbanas (98,5% de população urbana, em 2010 - ver gráfico 1), que correspondem a cerca de metade do território municipal. O PIB per capita maricaense de R\$ 216.519,52 é o maior do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2020). Maricá também ocupa a sexta posição dentro os municípios fluminenses a respeito da qualidade de vida, com um Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,765, o que é considerado alto para municípios brasileiros (PNUD, 2010).

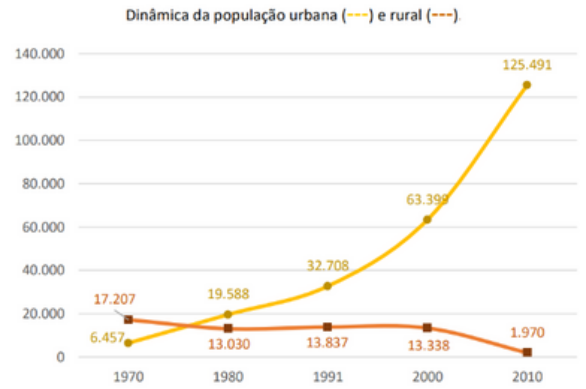


Gráfico 1. Fonte: Censos Demográficos (IBGE).

Figura 1. Análise SWOT do Sistema Alimentar de Maricá (Elaboração própria).

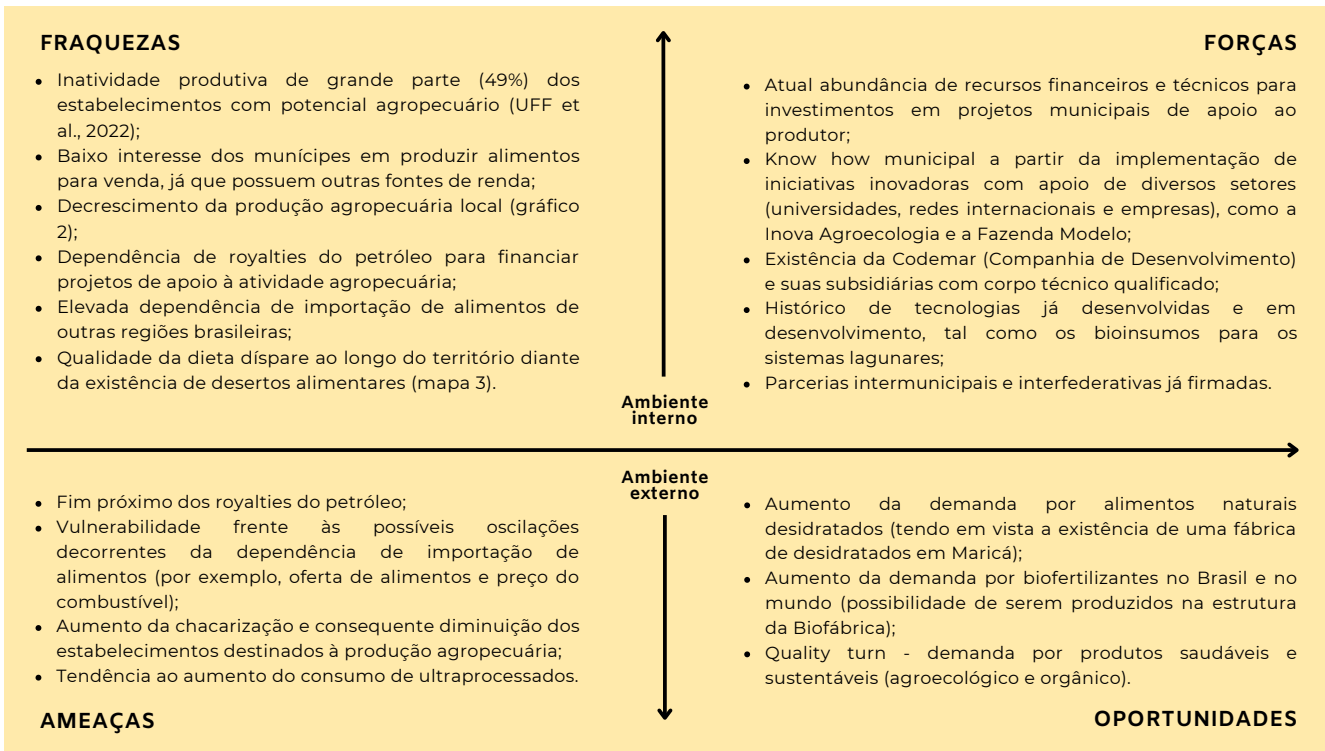
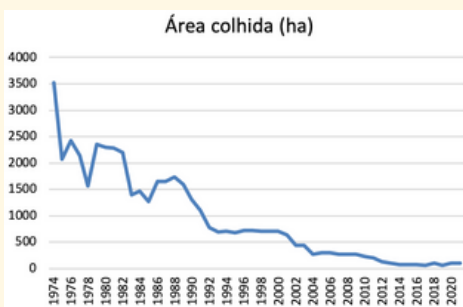
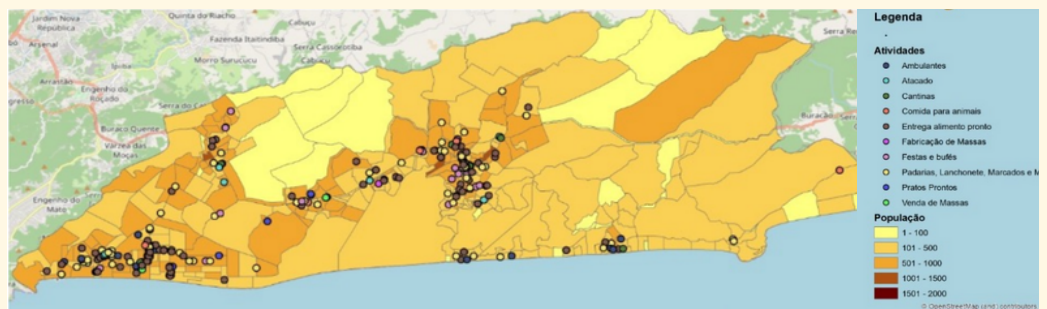


Gráfico 2. Elaboração própria, a partir de dados de Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2021)



Mapa 3. Distribuição dos estabelecimentos alimentares e densidade populacional (Fonte: Maricá Alimenta, 2021).



A realidade atual do sistema alimentar de Maricá

O sistema alimentar de Maricá apresenta alguns desafios, como a presença de desertos alimentares, inatividade produtiva de grande parte dos estabelecimentos com potencial agropecuário, baixa produção agrícola e, conseqüentemente, elevada dependência de importação de alimentos. No entanto, já existem algumas iniciativas que buscam melhorar essa realidade, como a produção de hortaliças por pequenos agricultores locais e hortas comunitárias, que contribuem para a renda da região e para o abastecimento de alguns pontos de venda ou distribuição de alimentos. Entretanto, muitos estabelecimentos rurais têm tamanho reduzido e são operados por pessoas idosas e/ou inativas. Além disso, a população de Maricá gasta em média apenas 6% do orçamento alimentar familiar mensal com frutas e verduras, o que pode ser reflexo da falta de acesso a esses alimentos em algumas áreas da cidade (os chamados desertos alimentares - ver mapa 3). Com isso, é importante buscar estratégias para ampliar a produção e a distribuição de alimentos saudáveis e nutritivos na região, visando melhorar a qualidade da alimentação da população e promover o desenvolvimento econômico local.

NÓS CRÍTICOS

Potencial Agrícola Subutilizado

A produção agropecuária do município tem definido nas últimas décadas. A área colhida passou de 3.500 ha (1970) para pouco mais de 100 ha (2021) (ver gráfico 2). Atualmente, menos da metade dos estabelecimentos rurais estão ativos (UFF et al., 2022), e a população rural corresponde a apenas 1,5% da população total. Como resultado, a produção agrícola de Maricá é ínfima e pouco diversa, uma vez que a produção destinada à venda é basicamente de banana, mandioca, coco-da-baía e limão, com um valor de produção total de R\$ 1.358.000,00 (2021). Apesar desse quadro, o Poder Público Municipal tem desempenhado diversas ações para fortalecer esse setor. A Prefeitura tem provido terra, assistência técnica, instalações e ferramentas para a qualificação da atividade agrícola. Contudo, poucos agricultores estão interessados. Em 2020, de acordo com diagnóstico técnico realizado como subsídio à revisão do Plano Diretor, apenas três estabelecimentos vendiam a produção ao Poder Público. Dessa forma, o município é altamente dependente da importação de alimentos de outras regiões e estados.

Alimentação dos municípios pouco nutritiva e diversificada

A dieta alimentar dos municípios é pouco nutritiva e saudável, se comparada a índices ideais de consumo para maior qualidade de vida. Fato probatório disso é que apenas 6% da parcela do rendimento mensal que as famílias designam à aquisição de alimentos é destinado à compra de verduras, legumes e frutas. A consequência dessa alimentação pouco saudável é o aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis sobre a população maricaense. Nos últimos 20 anos, o número de mortes causadas por diabetes e hipertensão quase triplicaram no município (Datusus, 2000 a 2019).

Abastecimento territorialmente desigual

O abastecimento territorialmente desigual de alimentos é uma realidade no município de Maricá. Como pode ser verificado no mapa 3, os estabelecimentos alimentares estão concentrados em duas regiões (a leste e ao centro do município), enquanto a população de outras áreas do tem pouco ou nenhum acesso ao comércio de alimentos in natura. Nas áreas rurais, essa desigualdade é evidente, uma vez que essa população necessita deslocar-se por mais tempo para acessar estabelecimentos alimentares.

Mercado regional altamente dependente de importação de alimentos

O Estado do Rio de Janeiro é altamente dependente da importação de alimentos, uma vez que a região tem poucos produtores agrícolas e não possui uma infraestrutura adequada para a produção e distribuição de alimentos em larga escala. Esse cenário leva à falta de diversidade na oferta de alimentos e a um aumento nos preços, o que impacta diretamente a qualidade de vida e a saúde da população. A promoção da agricultura local e o incentivo à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos podem ser estratégias importantes para a redução da dependência do mercado regional da importação de alimentos e para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população local.

Poucas iniciativas de processamento locais

Atualmente, o município conta com apenas dois empreendimentos de processamento/beneficiamento da produção agropecuária: um abatedouro privado e uma fábrica de desidratados. Desse modo, esse setor não contribui significativamente para a economia de Maricá. O mercado global de desidratados segue em alta, sendo o comércio de frutas desidratadas avaliado em 12 bilhões de dólares (2022), o que leva a considerar a utilização da fábrica de desidratados maricaense como um potencial condutor da jornada municipal em direção à diversificação produtiva.

CENÁRIOS

TENDENCIAL: Fim dos repasses de royalties e aumento da insegurança alimentar

O fim dos royalties do petróleo terá impacto significativo na economia de Maricá. Os royalties representam a principal fonte de receita do município e o seu fim pode levar à redução dos investimentos em áreas como a saúde, educação e infraestrutura, resultando em um aumento no desemprego e na pobreza. À medida em que o atual sistema alimentar local é altamente dependente dos recursos advindos dos royalties, seu fim colocará em xeque as iniciativas públicas nessa direção em execução pelo Poder Público Municipal. Como resultado, ocorrerá o aumento da insegurança alimentar concomitantemente com o retrocesso das iniciativas e investimentos nesse tema.

DESEJÁVEL – Promoção da diversificação produtiva local e protagonismo em bioinsumos

Maricá consegue usufruir do potencial de processamento e distribuição de alimentos, aumentando a oferta para os municípios, assim diminuindo a importação de alimentos e os deslocamentos para outros municípios (notadamente, o Rio de Janeiro) para aquisição de alimentos saudáveis. Além disso, há a consolidação de uma economia local com autossuficiência econômica o bastante para garantir uma não dependência à economia do petróleo. Em paralelo, é capaz de estabelecer concretamente uma rede de colaboração com municípios vizinhos, capaz de agir em coletivo para solucionar problemas comuns no que tange a alimentação e nutrição da população.

DIRETRIZES E AÇÕES

DIRETRIZ 1: MELHORAR O CONSUMO SAUDÁVEL E EQUILIBRADO DE ALIMENTOS

Descrição: Oferecer aos munícipes qualidade alimentar a partir da aproximação da produção local e regional dos mercados, incentivando a diversificação alimentar e a redução do consumo de ultraprocessados e alimentos de baixo valor nutricional, resultando na melhoria de indicadores de saúde a médio-longo prazo.

AÇÃO 1 Qualificação de espaços públicos para o desenvolvimento de hortas comunitárias, promovendo a agricultura periurbana e rural, voltada principalmente à produção de frutas, verduras e legumes, e reputando o acesso a alimentos frescos e de qualidade.

AÇÃO 2 Formação de equipe técnica responsável por oferecer Oficinas de alimentação saudável, higiene e qualidade de alimentos em espaços de comercialização (como feiras livres) ou em cozinhas comunitárias.

DIRETRIZ 2: GARANTIR A DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DE ALIMENTOS PARA A POPULAÇÃO LOCAL

Descrição: Combater os desertos alimentares presentes no município e distribuir alimentos saudáveis e a baixo custo à rede socioassistencial.

AÇÃO 1 Concluir o Mercado do Produtor e operá-lo baseando-se na rastreabilidade de seus circuitos, integrando-o à rede gerida pelo CEASA/RJ.

AÇÃO 2 Incentivar mercados móveis de alimentos agroecológicos de menor preço (subsidiado), como feiras livres destinadas à comercialização de orgânicos, com vistas a adentrar as áreas mais carentes e distantes de outros comércios de alimentos.

AÇÃO 3 Coordenar, por meio de articulação regional, parcerias com o estado e outros municípios para receber doações de alimentos e compras públicas via PAA e PNAE e destinar os alimentos aos mercados institucionais do município (alimentação escolar, restaurantes populares, entre outros).

DIRETRIZ 3: ESTIMULAR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA REGIÃO DE MARICÁ

Descrição: Articular com municípios vizinhos uma estratégia intermunicipal para produção e abastecimento da região, com vistas a reduzir a importação de produtos básicos, aumentar a segurança e soberania alimentar, diversificar a cesta de bens produzidos e elevar a produtividade da terra com geração de emprego e renda.

AÇÃO 1 Reunir o Consórcio Intermunicipal a fim de alinhar e firmar protocolo de intenções para cooperação em Sistema Alimentar e Nutricional. Pode-se utilizar o espaço já estabelecido pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE) ou, em caso de impossibilidade, a criação um novo Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento.

AÇÃO 2 Institucionalizar parcerias com universidades e instituições envolvidas com CT&I para o setor agropecuário, levantando demandas de capacitação e treinamento dos setores alimentares dentro dos municípios consorciados.

AÇÃO 3 Intermediar parcerias entre produtores e setor privado (como hotéis e restaurantes) com vistas a possibilitar a venda de alimentos dos agricultores da região para empreendimentos privados com ajuda do Poder Público Municipal.

DIRETRIZ 4: EMPREENDER INICIATIVAS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA CIDADE

Descrição: Introduzir o processamento de alimentos como fio condutor da diversificação produtiva no setor alimentício de Maricá.

AÇÃO 1 Ampliar a Fábrica de Desidratados para produzir frutas desidratadas a serem vendidas na região e passíveis de exportação. A tecnologia desenvolvida pode ser reconvertida para a produção de filmes biodegradáveis para embalar alimentos que são originados a partir de desidratados ou sobras do processamento dos alimentos misturados a um nanomaterial que tem função de dar liga ao conjunto.

AÇÃO 2 Criar, através de programa de apoio financeiro à pequenos e médios empreendedores, empresas voltadas ao processamento de alimentos com maior valor agregado que estão começando a ser produzidos na cidade (como tomate e pitaya).

DIRETRIZ 5: PRODUZIR ALIMENTOS DE ALTO VALOR AGREGADO E QUALIDADE ELEVADA

Descrição: Tornar Maricá um polo de melhoramento de produtos alimentícios, utilizando da produção local e atraindo a produção regional para a produção de alimentos com maior valor agregado para o comércio regional e para mercados de nicho identificados.

AÇÃO 1 Institucionalizar uma Certificação de Denominação de Origem para produtos beneficiados em território maricaense, assim como incentivar a busca por Certificação de Produção de Orgânicos, oferecendo subsídios à venda desses produtos nos mercados local e regional.

AÇÃO 2 Consolidar as iniciativas existentes de inovação em biotecnologia (biofábrica, desidratados etc.), coordenando-as com potenciais de pesquisa e desenvolvimento no aproveitamento de princípios ativos e PANCS.